EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA EM DIÁLOGO

EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA EM DIÁLOGO

Texto 1:

Juventudes negras, educação escolar e a lei 10.639/03

COORDENAÇÃO EDITORIAL:

Vanessa Cândida Lourenço
Edneia Gonçalves

TEXTO:

Jessika Tenório, Marcelle Matias, Paulo Vitor Cardoso e Vanessa Cândida Lourenço

PROJETO GRÁFICO:

Thais Regina

REVISÃO DE TEXTO:

Fernanda Silva e Sousa

ação educativa

SETA
SISTEMA DE EDUCAÇÃO POR UMA TRANSFORMAÇÃO ANTIRRACISTA

APRESENTAÇÃO

O artigo “Juventudes negras, educação escolar e a lei 10.639” tem como centralidade a discussão sobre educação escolar para a população negra, em especial para as juventudes negras. Ao denunciar que, de diferentes maneiras, a escola ainda expulsa as e os estudantes, o texto se posiciona em direção oposta a esse processo e explicita aspectos fundamentais para que as políticas públicas educacionais possam garantir uma educação de qualidade como um direito para todas as pessoas.

O texto assinado por Jéssika Tenório, Marcelle Matias, Paulo Vitor Cardoso, Vanessa Cândida Lourenço, quatro jovens negres, é contundente. Com o apoio de teorias importantes para trazer a historicidade das questões raciais, mas, sobretudo, com base em suas vivências como estudantes e ativistas, a escrita direta defende uma educação que seja capaz de encantar as juventudes negras, de escutar e dizer sim às identidades não hegemônicas, ouvindo narrativas e experiências de vida como foco e motor de um currículo significativo.

“Juventudes negras, educação escolar e a lei 10.639” defende uma educação que atenda às alterações na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) ao tratar da obrigatoriedade do ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana no sistema de ensino – importante conquista do movimento negro – e que diga não às práticas nefastas que sistematicamente vem cerceando o acesso e principalmente a permanência da população negra na escola – assim como estão fazendo as últimas reformas educacionais, em âmbito federal.

Coletividade é uma das marcas do artigo escrito pelas quatro cabeças pensantes que, desafiando ideias cristalizadas de que as produções precisam ser individuais, se juntam e assinam o texto, conferindo mais força para o registro de dizer ao colocar no papel qual educação queremos para que nas trajetórias escolares as juventudes negras sejam consideradas em suas agências e identidades.

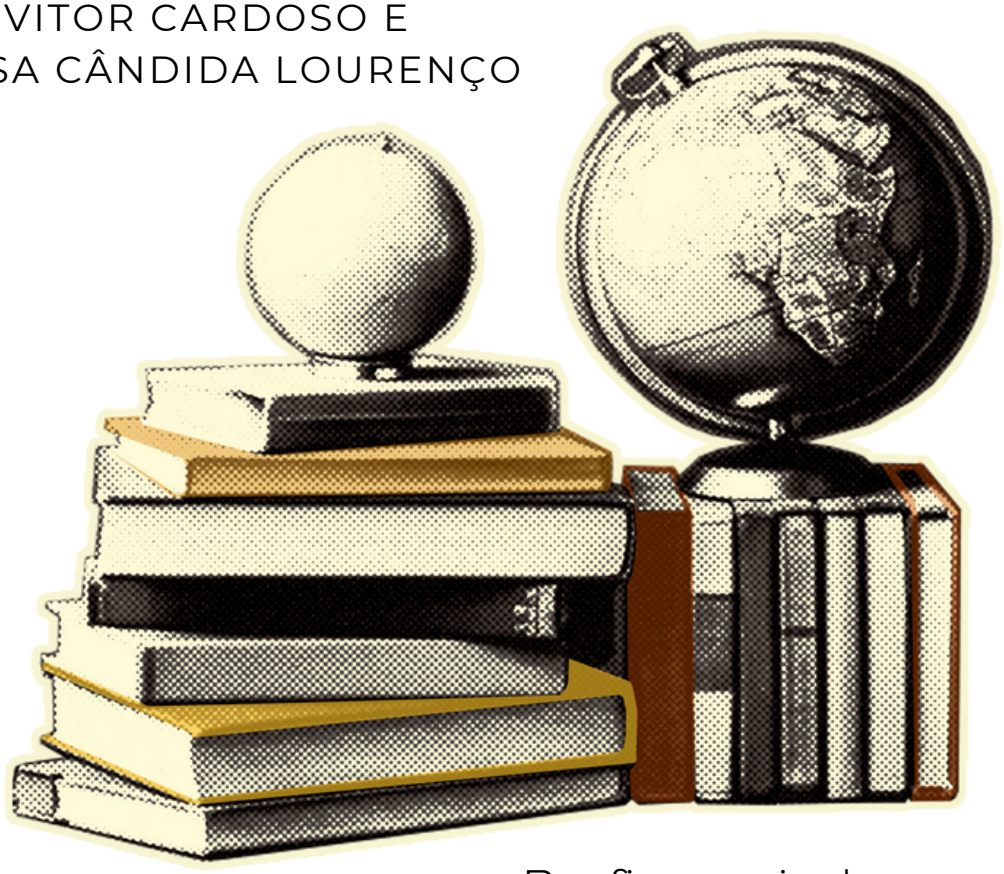
Que o texto seja lido, vivido e chancelado também por outras cabeças que pensam uma educação escolar que, de diferentes modos e maneiras, se conecte dentro e fora de seus muros e, assim, possa acolher, considerar, legitimar e visibilizar o conhecimento, as linguagens cotidianas de mundos nos quais os marcadores de raça, gênero, sexualidade, idade, regionalidade sejam bem mais que marcadores.

“Pra ficar mais claro, eu escureci / Aquele passado, não esqueci” é a epígrafe forte com a dicção de Rincon Sapiência que abre o primeiro texto da publicação Educação Antirracista em diálogo! Sigamos!

Ana Lúcia Silva Souza

JUVENTUDES NEGRAS, EDUCAÇÃO ESCOLAR E A LEI 10.639/03

JESSIKA TENÓRIO,
MARCELLE MATIAS,
PAULO VITOR CARDOSO E
VANESSA CÂNDIDA LOURENÇO



Pra ficar mais claro, eu escureci
Aquele passado, não esqueci
Rincon Sapiência, 2016

A lei 10.639/03, que prevê a obrigatoriedade do ensino sobre história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas de todo o país, é uma importante conquista do movimento negro para o enfrentamento das desigualdades raciais na educação, para o combate ao racismo e para a construção e fortalecimento de identidades negras que empoderem as diferentes juventudes presentes nos espaços escolares. Evidenciar os processos históricos e sociais nos quais as/os jovens negras/os estão inseridas/os e valorizar sua cultura e estética é um dos passos para a superação do racismo na sociedade brasileira. A lei 10.639 abre, nesse sentido, possibilidades para que esses aspectos sejam trabalhados dentro das escolas e revela a necessidade do combate às discriminações e violências racistas perpetradas dentro e fora do ambiente escolar contra a população negra no Brasil.

EPISTEMICÍDIO, LINGUAGEM, O DESENCANTAMENTO DAS JUVENTUDES NEGRAS E A NECESSIDADE DE ENFRENTAMENTO DO "OLHAR BRANCO"

O epistemicídio é um dos elementos da dominação étnico-racial. O conceito, que aqui no Brasil foi atualizado pela filósofa Sueli Carneiro (2005, p. 97), é por ela definido como a "anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados (...)", que se materializa na negação a essas sujeitas/os do acesso ao direito à educação e no não reconhecimento de uma intelectualidade negra e do conhecimento produzido por ela.

Essa rejeição aos saberes da negritude nas escolas reverbera na presença das/os jovens negras/os, de forma a desconsiderar, deslegitimar e invisibilizar o acesso aos seus direitos e conhecimentos, assim efetivando o processo que o pedagogo Luiz Rufino (2021) chama de "desencantamento" nos espaços educacionais. Esta é uma prática relacionada à desconsideração e marginalização dos saberes afro-brasileiros produzidos nas periferias, nos terreiros e espaços de manifestações populares e coletivas da população negra, fora de contextos acadêmicos ocupados majoritariamente por sujeitas brancas/os.

Nesse processo de epistemicídio, a linguagem é um elemento importante para compreender o fenômeno da dominação colonial, da inferiorização de culturas de povos não-brancos e da construção da imagem estereotipada de pessoas negras. O filósofo e psicanalista Frantz Fanon, em sua obra Pele negra, máscaras brancas, irá delinear as diferentes formas pelas quais as pessoas negras são vistas nessas relações: sendo tratadas como delinquentes, perigosas ou burras; tendo sua intelectualidade, civilidade e cultura subjugadas, depreciadas e reprimidas.

A partir de sua escrita, é possível visualizar impressões sobre o pertencimento escolar das/os jovens negras/os, processo que é muitas vezes constituído por uma sensação de distanciamento físico e emocional desse espaço – algo semelhante ao que Fanon (2020) descreve sobre a necessidade do enfrentamento do olhar branco, que impõe, simultaneamente, a objetificação das pessoas negras e a um lugar de inexistência. Falas frequentemente direcionadas a estudantes negras/os na escola, como "sem futuro" ou "não quer nada com a vida", estão muito ligadas à falta de problematização por parte da comunidade escolar e das/os sujeitas/os que a compõem de como o racismo afeta a trajetória, o sentimento de pertencimento e a permanência dessas/es estudantes negras/os. Além disso, são um reflexo da perpetração da violência racista brasileira contra as juventudes negras.

Da mesma forma, professoras/es, educadoras/es, gestoras/es e trabalhadoras/es negras/os da escola

também sofrem com os mesmos estereótipos, ao sofrerem questionamento de suas capacidades e a subalternização a outros atores brancos da escola. Professoras/es negras/os que se posicionam contra o racismo em suas comunidades escolares são geralmente taxadas/os de "chatas/os", "veem racismo em tudo" e têm a importância de seus apontamentos diminuída e desconsiderada, principalmente se são jovens.

O impacto dessas relações de violência experienciadas desde a educação infantil por essas/es sujeitas/os negras/os projeta uma trajetória no ambiente escolar de extremo sofrimento que reverbera na construção identitária de si, em imagens distorcidas que acarretam a negação dos seus traços, cor da pele e gostos. Sendo assim, esses processos configuram uma estratégia de desumanização da juventude negra dentro de um sistema que legitima sua expulsão escolar.

É importante lembrar também que essa "juventude negra" é diversa entre si. Portanto, considerar como essas violências estão ocorrendo no ambiente escolar requer um olhar atento para as diferenças e reconhecer o aprofundamento das exclusões na medida em que marcadores sociais como raça, gênero, sexualidade, idade e território se interseccionam. Jovens negras/os LGBTQIAPN+, com deficiência, migrantes e refugiadas/os, mães (que por vezes são enquadradas no perfil estereotipado das/os jovens "nem-nem") têm vivências diferentes e são afetadas por essas violências de formas distintas.

REFORMAS EDUCACIONAIS E AS JUVENTUDES NEGRAS

Pensar nas interseccionalidades e nas trajetórias de estudantes negras/os na escola torna necessário também considerar como as recentes reformas educacionais têm impactado essas/es sujeitas/os. O chamado "Novo Ensino Médio" (NEM), por exemplo, tem afetado não somente a qualidade da presença dessas/es estudantes na escola, mas também sua permanência. Implantado nas escolas de todo o país em 2022, a proposta diminuiu a carga horária voltada para a formação geral básica e introduziu – na teoria – a possibilidade de "escolha" de "itinerários formativos" por parte das/os estudantes. Pesquisas recentes, como a realizada pela Rede Escola Pública e Universidade (Repu)[1], têm demonstrado que estudantes de baixa renda e do período noturno (em grande parte negras/os) têm menos possibilidades de escolha do que outras/os estudantes das redes públicas e que o NEM aprofunda desigualdades já existentes nas escolas brasileiras.

1. O estudo completo pode ser acessado **aqui.** *Acesso em 08 ago. 2024.*

Da mesma forma, outras reformas, como o Programa Inova Educação (implantado desde 2019 no contexto das escolas paulistas) e o Programa de Ensino Integral (PEIs), foram implantados sem a escuta das/os estudantes e a consideração de suas realidades, principalmente de jovens trabalhadoras/es, em sua maioria negras/os, aprofundando o processo de expulsão escolar. Estudantes que trabalham no contraturno escolar, ou que realizam o trabalho doméstico ou de cuidado de parentes antes ou após o horário da aula regular, têm enfrentado dificuldades em se manter na escola[2].

O processo de expulsão escolar dessa juventude negra através dessas reformas educacionais evidencia um duplo caráter racista da instituição escolar e da sociedade na qual ela está inserida: o caráter discriminatório e segregacionista e o caráter antidemocrático da escola que, por sua vez, não ouve as demandas de suas/seus estudantes e desconsidera os saberes de origem afro-brasileira. Como aponta o movimento negro em um slogan clássico: “Enquanto houver racismo, não haverá democracia!” Isso significa que se nós jovens negras/os continuamos a sofrer discriminação, com o processo de expulsão escolar e a falta de reconhecimento de nossos saberes, dificilmente se poderá falar da construção de uma escola realmente democrática, que considere a opinião das/os estudantes e que seja construída pela comunidade escolar, já que ela tende a excluir mais da metade da população brasileira.

Vemos também o crescimento de um discurso que tem como proposta para as/os estudantes o desenvolvimento de habilidades e competências socioemocionais que as/os preparem para o “mundo do trabalho do século XXI”, mas pouco se discute o combate às desigualdades presentes no mercado de trabalho, a falta de direitos, as discriminações e assédios sofridos por jovens negras/os e a necessidade de promoção do trabalho decente para essas juventudes. Há cada vez mais uma responsabilização das/os próprias jovens por manterem-se empregadas/os, o que muitas vezes desconsidera os maiores índices de desemprego sofridos pelas juventudes e a intensificação dessa situação quando se trata das juventudes negras.

2. Estudos que considerem as especificidades do impacto dessas reformas na presença/ausência de estudantes negras/os ainda estão a ser feitos.

UMA EDUCAÇÃO PARA A LIBERDADE DAS JUVENTUDES NEGRAS E DE IDENTIDADES NÃO HEGEMÔNICAS:

O movimento negro tem se debruçado profundamente sobre a educação de pessoas negras, reafirmando a complexidade das vivências escolares e impulsionando estratégias para uma efetiva garantia do direito à educação de todas/os. Toda essa construção consolida a escola como território de disputa, luta, questionamento, resistência e do esperançar. Nesse sentido, a implementação de políticas públicas tem o propósito de reavaliar constantemente a realidade social, econômica e cultural da juventude negra, considerando que políticas públicas educacionais não são geradas de forma desinteressada e sem influência de diferentes setores da sociedade.

Nesse contexto de lutas por emancipação, acolhimento e proteção, a juventude negra tem se organizado pela valorização de sua autonomia e pelos seus sonhos – enfrentamentos esses que atravessam o espaço escolar. Nos últimos anos, o Brasil aprendeu com o movimento estudantil que a coletividade tem sido fator importante para a expansão do conhecimento a partir das trocas dos saberes e das próprias experiências enquanto jovens negras/os, periféricas/os e LGBTQIAPN+.

Os processos de ocupação das escolas frente às propostas de reformas educacionais impostas de cima para baixo e sem diálogo nos últimos anos e de formação de coletivos juvenis como forma de disputa e de organização em torno de demandas e agendas importantes para essas juventudes foram encabeçadas por estudantes negras/os. Elas/es trouxeram para dentro da escola e para a comunidade no entorno a necessidade de discussão e ação em relação à violência do racismo, à questão da diferença, às desigualdades de gênero, LGBTfobias e etc.

Dessa maneira, a lei 10.639/03 como fomentadora da valorização dessas experiências negras e juvenis é um instrumento valioso para direcionar a prática educativa para um lugar de cura, de enfrentamento do racismo, de descolonização e de construção de outras possibilidades de existência e de identidades empoderadas para as juventudes negras.

Enquanto jovens negras/os nessa disputa, defendemos uma noção de educação que considere e valorize as diferenças e experiências da população negra, seus saberes e formas de produção de conhecimento. Ao mesmo tempo, propomos também, a partir da obra de Luiz Rufino (2021), o "desaprender" como ato e processo de desnaturalização e desincorporação das experiências opressoras, lugar ao qual a escola tem correspondido já há muito tempo. Como afirma Rufino (2019, p. 75): "A luta por outras educações, experiências, linguagens e gramáticas é uma luta pela vida. A educação (...) trata diretamente da emergência e do exercício dos seres como construtores dos tempos e das possibilidades". E já passou da hora de reconhecermos as juventudes negras como agentes construtoras/es desses "tempos e possibilidades" e ouvirmos o que elas têm a dizer.

REFERÊNCIAS

- **CARNEIRO,** Aparecida Sueli. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. 2005. Tese (Doutorado em Filosofia) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- **FANON**, Frantz. Pele negra, máscaras brancas. Trad. Sebastião Nascimento e Raquel Camargo. São Paulo: Ubu Editora, 2020.
- **RUFINO**, Luiz. Pedagogia das encruzilhadas. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2019.
- **RUFINO**, Luiz. Vence-Demanda: educação e descolonização. Rio de Janeiro: Mórula, 2021.

CONHEÇA AS AUTORAS E AUTORES:

ANA LÚCIA SILVA SOUZA

Cria dos movimentos negros, socióloga, doutora em Linguística Aplicada. É docente do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia. Integra a Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as - ABPN. Faz parte do corpo diretivo da Ação Educativa - Assessoria, Pesquisa e Informação.

JESSIKA TENÓRIO

Produtora cultural e graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal de São Paulo - Campus Guarulhos. É assistente de educação dos projetos de Relações Raciais na Ação Educativa.

MARCELLE MATIAS

Graduada em Licenciatura em Educomunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP). Assistente do projeto Gênero e Educação da Ação Educativa. Realizou pesquisas sobre televisão brasileira (2018) e violências digitais (2019) a partir do Programa Unificado de Bolsas para Estudantes da Graduação da Universidade de São Paulo (PRG-USP) e realiza pesquisas sobre educação, comunicação, mídia, gênero e raça.

PAULO VITOR CARDOSO

Militante da educação popular. Educador no Cursinho Popular Carolina de Jesus. É assistente de educação do Centro de Formação, Educação Popular, Cultura e Direitos Humanos na Ação Educativa. Faz licenciatura em Geografia.

VANESSA CÂNDIDA LOURENÇO

Doutoranda, Mestra e Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Paulo - Campus Guarulhos. É assessora de projetos das áreas de Juventude e Educação na Ação Educativa.

EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA EM DIÁLOGO

Ação Educativa
Rua General Jardim, 660
Cep 01223-010
Vila Buarque, São Paulo, SP- Brasil

Projeto SETA
Sistema de Educação por uma Transformação Antirracista

São Paulo, 2024